

DITADURA MILITAR, CAPITAL E TRABALHO NO OESTE DO PARANÁ (1950-1980)

Antônio de Pádua Bosi¹

Resumo: Neste artigo trato do impacto da ditadura militar no Oeste do Paraná a partir da relação capital e trabalho. Nessa lógica, argumento que o projeto de expansão do capitalismo formulado pelo regime militar coincidiu com os interesses dos proprietários de terras que reocuparam o Oeste do Paraná a partir do final dos anos 40, especialmente a adoção de novas relações de produção e de trabalho baseadas na mecanização e no uso intensivo de agrotóxicos. Ao mesmo tempo, busco mostrar a existência de uma coligação entre a ditadura e a classe dominante local, e como o exército, antes e depois do golpe de 64, atuou contra os trabalhadores na região. Em todo o artigo apresento a hipótese a reordenação dos trabalhadores no interesse do processo de acumulação na região mostrou-se uma tarefa fundamental para a ditadura e a classe dominante, principalmente no período em que o emprego da força de trabalho pesava mais na composição orgânica do capital. Além disso, procuro identificar e discutir a existência de práticas de policiamento e de tortura do exército na região, antes e depois do golpe de 64. Farei isso pautando e interpretando o sentido da ditadura para militares e pessoas comuns no Oeste do Paraná. Por fim, em relação as evidências históricas relacionadas neste artigo, utilizei fontes estatísticas, demográficas, judiciais, de imprensa, orais e bibliográficas.

Palavras-chave: Ditadura Oeste Paraná; 1964 Oeste Paraná; Capital Trabalho 1964.

MILITARY DICTATORSHIP, CAPITAL AND WORK IN PARANÁ WEST (1950-1980)

Abstract: This article discusses the impact of the military dictatorship over Paraná State West. All this from capital and work relationship. I argue that capitalism's expansion project formulated by the military dictatorship have been coincided with the interests of landowners who reoccupied the Paraná State West from the late 40s. This interests were especially the adoption of new rural relations of production and mechanization and the intensive use of pesticides. At the same time, I try to show a coalition between the military dictatorship and the local ruling class, and how the army, before and after

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (1993), mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997) e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2002), atualmente é professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

the coup d'etat, acted against the workers in the region. I present the hypothesis that accumulation process in the region has become to be a major task for the dictatorship and the ruling class because it needs reorganize the workers for capital interests. Besides that, I try to identify and discusses the policing practices and torture in the region before and after the coup d'etat.

Keywords: 1964 Dictatorship Brazil; Paraná State West; Labor and Capital in 1964 Brazil.

I

Neste artigo discuto o impacto da ditadura militar no Oeste do Paraná a partir da relação capital e trabalho.

Antecipo meus argumentos. Considero que o projeto de expansão do capitalismo, traçado pelo regime militar, coincidiu, reforçou e apropriou a ética positiva do trabalho que compôs o universo cultural e as práticas econômicas na região, particularmente das famílias que migraram desde o final dos anos 40 com o propósito de acumular capital na condição de proprietárias de terras. Ao mesmo tempo sustento que a classe dominante, formada na região durante o período de 1950 a 1970, se identificou com tal projeto e assimilou o uso de novas tecnologias na agricultura combinado à intensa exploração de trabalhadores nativos e migrantes. A adoção de novas relações de produção e de trabalho influenciou fortemente o alinhamento político de proprietários de terras à ditadura.

Além disso, apresento a hipótese de que o aparato do Estado, coligado com muitos integrantes da classe dominante na região, foi utilizado contra a classe trabalhadora com o objetivo de garantir e de aumentar a taxa de exploração sobre o trabalho. Reordenar os trabalhadores no interesse do processo de acumulação na região mostrou-se uma tarefa fundamental, principalmente no período em que o emprego da força de trabalho pesava mais na composição orgânica do capital. Esse foi um fato histórico fundamental no processo de arranque e de acumulação de capital.

Na última parte do artigo procuro identificar e discutir a existência de práticas de policiamento e de tortura do exército na região, antes e depois do golpe de 64. Nem sempre se pensa sobre a repressão no período da ditadura contra outros que não sejam militantes assumidos. É o que tentarei fazer, pautando e interpretando o sentido da ditadura para militares e para pessoas comuns no Oeste do Paraná. Embora toda a história permaneça aberta sob novas perspectivas e novas questões, os dilemas que dizem respeito à ditadura no Brasil ainda não foram inteiramente confrontados. Certamente ainda estamos redescobrimo nossa própria experiência diante da história do Brasil desse período.

II

A expansão das relações de produção e de acumulação de capital para as regiões de fronteira no país data do primeiro governo Vargas. O objetivo foi ocupar e consolidar regiões de fronteiras por meio da campanha “Marcha para o Oeste”, deflagrada em torno da revalorização do sertão brasileiro. No caso do Paraná, o avanço das fronteiras e da presença humana migrante aconteceu sob a coordenação do governo federal, que interagiu com a iniciativa privada representada na empresa britânica *North Paraná Land Company*. De modo semelhante, o Oeste paranaense foi alvo do planejamento estatal. No final dos anos 40, a empresa privada Madeireira Colonizadora Rio Paraná loteou a região em glebas de 25 hectares. Essa história é bastante conhecida na historiografia e não pretendo recontá-la, senão nalguns aspectos que interessam aqui.

Em que pese o fato de haver na região o predomínio de indígenas e de caboclos, antes dos anos 40, o que se assistiu no Oeste foi uma invasão avassaladora das relações capitalistas de produção realizada por milhares de migrantes vindos, principalmente, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A expropriação sobre a população nativa foi rápida e violenta. Sua

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

intensidade apagou quase todos os sinais de uma ocupação anterior da região. Esse é um assunto com fortes evidências na historiografia, mas ainda cabe sublinhar os componentes iniciais desse processo de acumulação de capital.

O primeiro foi a derrubada das matas visando ao plantio de arroz, de feijão, de milho e de trigo. O corte das árvores, seguido da queima e da destoca das raízes, geralmente constituía tarefas realizadas pelos colonos, ajudados por caboclos remanescentes, por indígenas e por paraguaios. Esses trabalhadores eram recrutados por um “gato”, “contratados” por empreitada e conduzidos à gleba de terra. Este tipo de relação de trabalho sintetiza como modos de trabalhar e de viver não resistiram ao padrão de acumulação de capital baseado no minifúndio e na economia de mercado. Em dez anos, a região foi reorganizada economicamente pela Madeireira Colonizadora Rio Paraná e pelos donos dos minifúndios denominados de colonos. As terras foram reocupadas, as matas foram derrubadas e aqueles que viviam ali, antes dos colonos, sentiram-se pressionados a deixar o lugar. No caso daqueles que permaneceram na região, tal pressão os obrigou a se proletarizar².

Esse fato histórico (e bárbaro) evidenciou o esforço e a determinação dos novos ocupantes da região. O desafio para quem comprou um lote de terra ali foi o de romper uma fronteira de mata densa e cerrada, já povoada, inóspita, isolada e com animais perigosos. Os relatos de colonos sobre essa situação não parecem exagerados. As ferramentas de trabalho, por exemplo, mostravam-se tão rudimentares para deflagrar as matas fechadas que a desistência tornou-se um sentimento frequente no pensamento de muitos deles. As serras que deitavam as árvores eram operadas manualmente por duas pessoas. As carroças consistiam no meio de trabalho e de transporte mais popular. Mesmo no interior da região uma viagem

² Cf. Joe Fuwaker. *The Struggle for land. A Political Economy of the Pioneer Frontier in Brazil from 1930 to the present Day*. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 1981, p.33.

curta de 30 quilômetros entre Cascavel e Toledo demorava quatro dias na década de 1960.

Olhando esse mundo rústico e bruto a certa distância, vê-se que a experiência de enfrentá-lo construiu entre os colonos uma ideologia costurada por sentimentos de progresso, de ordem e de legalidade. Claro que tanto os imigrantes gaúchos como os barrigas-verdes trouxeram consigo o conhecimento de práticas agrícolas, de criação de suínos, de uma concepção mercantil da produção rural e de condutas e culturas bastante conservadoras, afetas à economia de mercado e centradas no trabalho. É certo que esse ideário não é difícil de ser encontrado noutros lugares e temporalidades. O que, entretanto, o torna específico à classe dominante que se formou nessa região é a sua materialidade histórica. Além de tais sentimentos que modularam sua forma de pensar, o fato de os colonos terem desfeito de suas posses e do lugar de origem em troca de um recomeço no Oeste paranaense lhes conferiu uma autoimagem de coragem e de merecimento. Vejamos isso mais de perto e como essa convicção se expressa em números muito convincentes.

A dinâmica da economia do Oeste do Paraná se transformou drasticamente em favor de uma crescente e acelerada acumulação de capital. A produção voltou-se para o mercado ao mesmo tempo em que criou condições para o abastecimento interno. Desde que aportaram no Oeste, os colonos cultivaram arroz, feijão, milho e criaram porcos. Parte disso era comercializado, principalmente o porco vivo. Meia década depois, os colonos ali fixados mostraram-se exímios criadores de porcos e agricultores de milho e de trigo. Na década de 50, cerca de 70% dos colonos mantinham sua vara de porcos para o comércio. Tais animais eram negociados com corretores e seguiam para frigoríficos em São Paulo e em Ponta Grossa.

Uma série estatística sobre o período de 1956 a 1965 ilustra esse processo. Em 56, a produção de milho foi de 57 mil toneladas. Aumentou

para 124 mil toneladas em 59. Quatro anos depois, a produção atingiu 336 mil toneladas. No final da série, em 1965, a produção de milho chegou a 482 mil toneladas. Em nove anos a quantidade de milho colhida cresceu aproximadamente 700%. O milho também foi o múltiplo de porcos, seu principal alimento. As demais culturas tiveram uma progressão tímida³.

Na base dessa produção havia pouca mecanização antes de meados da década de 1960. Os arados eram de tração animal, a enxada ainda aparecia como o instrumento mais usado e fazia-se a colheita à mão. A carroça era o principal (às vezes único) meio de transporte. Metade dos colonos contava com debulhadeiras de milho e pouquíssimos tinham acesso a tratores. No final dos anos 60 contavam-se 200 tratores para aproximadamente 52 mil propriedades em todo o Oeste paranaense⁴. Essa base tecnológica exigia muito trabalho, uma presença humana expropriada que fosse mais do que complementar ao trabalho familiar. Sobre esse arranjo a lavoura e a suinocultura converteram-se no capital que estruturou uma economia tipicamente de mercado na região. Do ponto de vista econômico, esses foram os elementos mais relevantes no processo de formação da classe dominante.

Em 1975 contou-se 10.216 tratores, 13.684 arados de tração mecânica e 5.968 colheitadeiras na região. A base tecnológica havia mudado. A principal novidade consistia em que grande parte desses equipamentos havia sido mobilizada para o cultivo da soja. Nesse ponto os números indicam uma aceleração da economia regional e o predomínio da monocultura. Em 1956 produziu-se uma tonelada de soja nos limites do Oeste. Em 1959 foram 3 toneladas. Em 1963 o número chegou a 13 toneladas e a 26 em 1965. Cinco anos depois a colheita atingiu 228 mil toneladas,

³ Cf. IPARDES. Consequências Sociais das Transformações Tecnológicas na Agricultura do Paraná. Texto Síntese. Curitiba, 1985.

⁴ Cf. Keith D. Muller. Colonização Pioneira no Sul do Brasil: O caso de Toledo, Paraná. In *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 48(1): 83-139, jan./mar., 1986.

destacando-se como o principal cultivo na região. Em 1975 a produção de soja subiu para 5 milhões de toneladas⁵.

O que dizer a respeito desses números? Há neles uma tendência que incorpora as relações de produção capitalistas na região. Outras experiências de expansão agrícola em territórios nacionais não encontram paralelo na mesma vaga de tempo. Guardadas as proporções pode-se avistar maior dinamismo na reocupação do Oeste paranaense do que na marcha americana para o Oeste no século XIX⁶. Mesmo um exame que tome o Oeste do Paraná em si mesmo, numa perspectiva diacrônica, evidenciaria o passo acelerado que transformou a região e também a integrou ao setor mais dinâmico da agricultura e da suinocultura no país.

Do ponto de vista político, por volta do final dos anos 60, parece ter se consolidado no imaginário dos colonos a ideia de que realizaram uma trajetória épica. Sobre suas experiências na região formaram uma crença de que dominaram e transformaram em riqueza a natureza considerada por eles improdutiva e demograficamente vazia. Pensaram também que trouxeram consigo a civilização. Igrejas, poucas escolas, sociabilidades típicas como chimarrão, ritmos musicais característicos, danças regionais, dialetos etc. Baseados nessa cultura depreciaram todos os traços dos modos de vida e de trabalho da população nativa da região. Todos os números e demais evidências arroladas até esse ponto conferem materialidade a essa visão. O conjunto de proprietários de terra, depois de estruturar chiqueiros, pequenas granjas, currais e lavouras, se auto-avaliou de acordo com tais realizações. Ouvindo alguns deles tem-se a impressão de que sua felicidade

⁵ Cf. Joe Fuwaker. *The Struggle for land. A Political Economy of the Pioneer Frontier in Brazil from 1930 to the present Day*. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 1981. RIPPEL, R. Et al. Aceleração e esgotamento da ocupação populacional de uma fronteira: o caso do Oeste do Estado Paraná uma análise de 1940 a 2000. In *XLV- Congresso da SOBER-Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, 2007*, Londrina - Paraná. Anais do XLV - Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007.

⁶ Cf. Joe Fuwaker. *The Struggle for land. A Political Economy of the Pioneer Frontier in Brazil from 1930 to the present Day*. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 1981.

transportou-se principalmente para as realizações materiais. Foi esse o sentimento que se naturalizou por sobre outras experiências sociais.

Tem-se por certo que as noções de moral e ética dos colonos constituíram uma posição conservadora, principalmente em relação à política. A expropriação da população nativa fora justificada por um tipo de “reforma agrária” estimulada pela ditadura militar. Nesse contexto, o desenvolvimento do capitalismo havia se tornado um caminho sem volta. Todo o arsenal cultural dos colonos, por mais tradicional que fosse, se ajustara definitivamente à ideia de produtividade. Ao longo dos anos 70, ferramentas estruturantes como as cooperativas agrícolas reafirmariam esse caminho. O que se pode concluir de tudo isso? Econômica e ideologicamente a classe dominante estava, desde o início dos anos 60, preparada para recepcionar a ditadura militar.

III

Entre os colonos remanescentes dos anos 50 e 60 a memória sobre a ditadura militar é saturada de saudades. Esse é um sentimento cujo alicerce na economia não é fácil de mapear à medida que o conjunto de donos de terra da região, durante o período da ditadura, fragmentou-se em grupos cuja diferença residia no capital acumulado de cada um. Essa é uma contradição que precisa ser explicada junto à evolução da economia regional.

Nos anos 60 e 70 as políticas de financiamento e de apoio técnico para o setor agrícola na ditadura não foram desprezíveis. As obras de infraestrutura como estradas, assistência técnica (criação da EMBRAPA em 1973 e da EMBRATER em 1974) e armazenamento reconfiguraram a logística da produção e foram assim percebidas pelos colonos. Contudo, a principal modificação aconteceu na política de financiamento. Criaram-se subsídios para os preços dos grãos e crédito para financiamentos. A liberação de

recursos para grandes, médios e pequenos proprietários, combinada à orientação técnica oficial, teve forte interação com empresas multinacionais do setor. Quando os proprietários não desviavam parte do crédito agrícola para outras demandas (e isso era possível devido aos juros baixíssimos) metade do empréstimo era gasto inteiramente com produtos de uso veterinário, sementes, sal e todo tipo de agrotóxico disponível na época como fertilizantes, herbicidas, inseticidas e fungicidas. Esses produtos tinham origem estrangeira, de grandes multinacionais que se instalaram permanentemente no país. Essas empresas foram grandes beneficiárias desse consumo induzido pela ditadura militar.

A transformação da paisagem econômica no Oeste do Paraná esteve, em grande medida, escorada nessa política de crédito. O período de maior prosperidade do crédito rural foi de 65 a 76. Em 1967, numa escala nacional, consumiu-se 32 mil toneladas de fertilizantes e 30 mil toneladas de defensivos. Naquele ano quase 50 mil tratores foram comprados. Em 1975 a agricultura consumiu 111 mil toneladas de fertilizantes, 145 mil toneladas de defensivos e 196 mil tratores. Novamente pode-se avaliar a rapidez e a proporção do crescimento do setor agrícola utilizando uma perspectiva diacrônica. Em oito anos da arrancada econômica da ditadura militar, a aquisição de equipamentos e de insumos agrícolas quase quadruplicou⁷.

Mas nem todos os colonos deslançaram nesse período. O atraso referente à mecanização das lavouras e à adoção de técnicas e insumos para os rebanhos colocava o colono numa posição perigosa, sob o risco de perder sua propriedade. Significava um enorme risco de desaparecer. Interessa identificar aqui uma mudança, inicialmente subliminar, na estrutura fundiária a partir de meados dos anos 60. Por diferentes razões muitos colonos venderam suas propriedades ou parte delas, favorecendo um processo de concentração de terras. Dentre os motivos destacam-se as divisões de espólio que diminuíram as glebas e a venda de parcela da terra

⁷ COMIN, A.A. & MULLER, G. O Crédito Rural na Modernização e no Atraso da Agricultura Brasileira no Período 1965-1984. *Caderno Cebrap Nova Série* 06. s/d.

como forma de pagar dívidas ou de investir em maquinário de modo a se atualizar para o plantio de soja. É possível realçar essa dimensão da realidade nos anos 50 e 60.

João Rizzon chegou a Toledo em 1949. Organizou sua vida numa gleba localizada na área de reocupação mais antiga do município. Nos anos 60 vendeu 2 hectares porque precisava de algum dinheiro. Em 1970 seu patrimônio tinha cinco bois, oito vacas leiteiras, quatro bezerros e oito cabeças de gado de corte. A maior parte do leite era consumida pela família e o que sobrava era vendido a dois quilômetros de distância, nas linhas e distritos mais próximos. Também vendia cerca de 120 frangos anualmente. O milho e a soja formavam a base de alimentação da vara de 100 porcos. A mandioca também compunha a ração dos suínos. Outra parte destinava-se à fabricação de farinha. Rizzon era pai de quatro rapazes e de nove moças, uma prole que, provavelmente, desmembraria sua propriedade em partes minúsculas ou a poriam à venda tão logo pai e mãe falecessem (MULLER, 1986).

Famílias que chegaram atrasadas em relação ao período de reocupação também enfrentaram esse dilema. Carlos Betteto chegou a Toledo no ano de 1969. Trouxe consigo esposa e seis filhos. A gleba de terra comprada media 13 hectares, metade do lote original vendido pela Madeireira Colonizadora Rio Paraná. Seu patrimônio consistia em 30 porcos, quatro cabeças de gado, um saco de semente de trigo plantado, 20 sacos de soja produzidos, milho para alimentar os porcos, arroz e feijão para consumo próprio. A produtividade em seu lote de terra não era desprezível, mas não era suficiente para acomodar os filhos quando todos ficassem adultos. Naquele mesmo ano dois deles se mudaram para o Mato Grosso a fim de trabalhar como mecânicos. De todo modo, caso não houvesse uma multiplicação dos recursos de Carlos Betteto sua propriedade seria fragmentada em seis partes de aproximadamente 2 hectares per capita (MULLER, 1986).

Élio Esenberg esteve distante da situação de colonos como Carlos Betteto. É improvável que tenha existido algum caso semelhante ao dele. Esenberg chegou a Toledo em 1956 e comprou 404 hectares de terras. Grande parte dessa extensão foi revendida por colonos que abandonaram o plantio de café e necessitaram de menos terras. Esenberg mecanizou sua propriedade oito anos antes dos demais colonos. Em seu maquinário destacava-se um trator, um arado de disco, uma plantadeira, uma ceifadeira combinada com uma debulhadeira importadas da Tchecoslováquia. Diferentemente de Élio Esenberg, colonos na condição de João Rizzon e de Carlos Betteto dificilmente conseguiram equipar suas terras com máquinas e insumos para aumentar a produção, a produtividade e a renda. Outros, economicamente posicionados acima de Rizzon e de Betteto, e abaixo de Esenberg, tentavam se distanciar dos primeiros e se aproximar do segundo. Contudo, olhando retrospectivamente tudo isso, não é o caso de sublinhar os colonos que sobreviveram e os que sucumbiram, mas saber se aquele “velho” modo de vida e de trabalho, organizado no final dos anos 50, se estenderia no tempo.

Nesse ponto é necessário compreender a natureza da pressão demográfica sobre os minifúndios. Ela foi um dos fatores responsáveis pela repartição das pequenas propriedades, mas isso aconteceu dentro de um processo em que o capitalismo e as novas relações de produção e de trabalho foram a principal força na região. Geralmente, o colono que não se articulasse à nova dinâmica da economia regional, e que não aumentasse a produtividade em suas terras, falharia em tornar sua magra renda suficiente para toda a família. Em muitos casos, esse tipo de situação foi vista e sentida como um fracasso individual, embora a explicação sobre o desmembramento dos minifúndios e a atrofia do trabalho familiar esteja noutro lugar.

Como a base tecnológica e a fertilidade da terra não se alteraram até a primeira metade dos anos 60, o aumento da produção dependia

prioritariamente da expansão dos hectares aráveis. Naquela conjuntura histórica, a possibilidade de converter matas em novas áreas cultiváveis era quase nenhuma porque havia pouca mata em reserva que poderia ser derrubada.

Era um sistema com limites visíveis. O incremento tecnológico que tornaria muitos trabalhadores ociosos também funcionou contra colonos que não se encaixaram inteiramente à nova lógica. Sabe-se disso porque a introdução de máquinas agrícolas e de agrotóxicos na rotina do plantio não era só uma questão de escolha individual. O crédito rural não foi acessado por todos os colonos. Ou, então, não atendeu a todos os pedidos por completo. Acrescente-se a isso que a rolagem ou a quitação das dívidas com os bancos se mostraram como algo incerto. E, do ponto de vista psicológico, nada mais cruel do que fazer essa pressão do capitalismo parecer uma derrota pessoal dos colonos. É provável que muitos deles, na condição de João Rizzon e de Carlos Betteto, se sentiram à deriva quando as mudanças naquele mundo se acentuaram. Ou, então, eles reviveram o mesmo processo de decadência experimentado no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Em termos econômicos, ou eles engrenavam ou eles pereciam.

Resumidamente, essa dinâmica possibilitou uma concentração fundiária que, se não formou grandes latifúndios, elevou bastante a média da área dos minifúndios originariamente medidos em 25 hectares. Para examinar isso de perto reduzirei a escala de observação para o município de Marechal Cândido Rondon.

Em 1960, o tamanho das propriedades girava em torno de uma área de 25 hectares. Dez anos depois as propriedades até 10 hectares totalizavam 13.474 hectares, 12,8% de toda a região. No outro extremo as propriedades entre 50 e 1.000 hectares somaram 17.127 hectares, 16,4% de toda a área (MORESCO, 2007). Na faixa intermediária a somatória das áreas entre 20 e 50 hectares totalizou em 46.047 hectares, 44% do conjunto. Se adicionarmos as propriedades entre 50 e 1.000 hectares com aquelas entre 20 e 50

hectares, levando em consideração que essas últimas estavam mais próximas de 50 do que de 20 hectares, chegaríamos a 63.174 hectares, ou 60% do total. Realizados os mesmos cálculos para o ano de 1980 os percentuais seriam de 80%, somadas as faixas intermediária e superior, contra 12,2% da faixa inferior. Tal situação ganha maior relevo se considerarmos que a concentração existente no universo das propriedades até 10 hectares aumentou, uma vez que as 2.712 propriedades cadastradas com essa área, em 1970 diminuíram para 2.599, uma redução de 113 unidades. Em resumo, a concentração de terras ocorreu no conjunto das propriedades maiores e no conjunto das menores.⁸

Devemos ver isso como um processo de rearranjo econômico da primeira e da segunda geração de proprietários rurais. Pode-se interpretar esse movimento como uma contradição no processo de acumulação de capital na região, muitas vezes resultante do acesso ao crédito agrícola e da inserção mais rápida no mercado externo. Isto porque, além da concentração de terras na base e no topo da pirâmide, os múltiplos de porcos e as práticas econômicas quase de subsistência foram substituídos pelo plantio da soja. Adotando como referências os anos de 1956 e de 1975, a soja saltou de 1 tonelada para 2,6 milhões de toneladas. A agricultura encontrava-se entrosada com os padrões das multinacionais do agronegócio, uma coligação estimulada e facilitada pelo regime militar. Tal qual verbalizou um colono, “Não tem como voltar atrás. Tu precisa modernizar e modernizar e modernizar.” Foi nesses termos que o processo de acumulação de capital comandou parcialmente os colonos.

Um dos principais resultados desse processo pode ser visto na estratificação econômica do conjunto de proprietários de terras. Seria inútil desenhar uma linha vertical classificando detalhadamente tal estratificação. Ela já foi reconhecida em seus traços gerais. Mais importante é, a partir desse ponto, avaliá-la com respeito ao contexto da ditadura militar.

⁸ IPARDES. Fundação Edison Vieira. As Migrações e a Transformação da Estrutura Produtiva e Fundiária no Paraná. Curitiba, 1983, 81p.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

Muitos colonos não perceberam imediatamente seu empobrecimento relativamente aos que concentravam terras e que acumulavam capital. No final dos anos 60 avolumaram-se os signos desse enriquecimento que demarcaram a diferença de status entre os colonos. Mas tal diferença ainda era desproporcional ao ponto de desordenar socialmente aquele mundo. Sinais como a mecanização destacada da lavoura, a residência na cidade e a compra de automóveis e caminhonetes tornaram-se mais evidentes nos anos 70. Os desdobramentos dessa situação aumentaram as distâncias entre os colonos a despeito de constituírem uma mesma classe social.

Nacionalmente, a participação dos donos de propriedades consideradas pequenas nas carteiras de crédito rural era menos do que modesta, a exemplo dos colonos de Marechal Cândido Rondon que, sem financiamento, mal conseguiam manter a dimensão de suas terras em torno de 25 hectares. Em 1968, a Resolução 97 do Banco Central definiu que caberia aos pequenos proprietários no mínimo 10% dos recursos para o crédito rural. A Resolução 140 do Banco Central, de março de 1970, revogou a resolução anterior, mas manteve a menção de 10% para os donos de pequenas propriedades. Na prática, o limite mínimo se converteu em limite máximo devido às condições do financiamento. Diferentemente da situação dos pequenos proprietários, os grandes agricultores tiveram progressivo aumento na participação do crédito rural, saltando de 20% em 1969 para 53% em 1976. No caso das pequenas propriedades, de 1969 a 1979, os 50% menores ficaram com 5,3% dos recursos.⁹

São números que comprovam a escolha que a ditadura fez pelos médios e pelos grandes proprietários de terras, conectando-os com multinacionais do setor agrícola e comprometendo-os com o plantio de grãos de exportação. Essa intervenção da ditadura facilitou – e nalguns momentos determinou – a concentração de terras e a especialização da região como agroexportadora.

⁹ IPARDES. Consequências Sociais das Transformações Tecnológicas na Agricultura do Paraná. Texto Síntese. Curitiba, 1985.

A criação da Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda, em 1970, também interferiu nesse quadro. Ela manteve juntos colonos de diferentes status econômicos. Um dos objetivos de sua criação foi reforçar uma identidade única de produtor rural entre todos os proprietários de modo a cultivar um sentimento de pertencer ao processo de mudança da região. Por mais artificial que fosse, ao longo dos anos 70 essa iniciativa atraiu para si quase a totalidade dos donos de terra. Foi por meio de expedientes como esse que a estratificação econômica entre os colonos, e as contradições decorrentes dela, eram anestesiadas de tempos em tempos.

Mas não seria apenas esse fato que aproximaria essa numerosa base social e a ditadura militar. Havia também um forte conservadorismo que os conectava. E esse sentimento os coligava em torno da neutralização de qualquer ameaça suas posições. Ou seja, índios, migrantes pobres e todo tipo de trabalhador que não aceitasse ou que contrariasse as regras daquele mundo construído desde o final dos anos 40 e apoiado pelos militares desde meados dos anos 60. Entretanto, antes de uma avaliação mais profunda sobre esse ponto, cabe mencionar a formação do bloco no poder que comandou a política institucional desde 1960, após a emancipação do município e a nomeação do primeiro prefeito.

Naquele ano teve início a organização do legislativo e do executivo. A urgência fez com que o primeiro prefeito fosse nomeado. Ari Branco da Rosa migrou do Rio Grande do Sul, instalando-se em Marechal Cândido Rondon em 1955. Era militar reformado e foi nessa condição que se tornou prefeito nomeado pelo então governador Moisés Lupion, responsável pela cessão de títulos de propriedade no Oeste e no Sudoeste no Paraná alegando intenção de povoar o Paraná. Ari Rosa ficou no cargo até a organização de eleições diretas, acontecidas no final de 1961, vencidas por Arlindo Alberto Lamb, dono de terras e ex-vereador em Toledo em 1956. Elegeu-se com 78% dos votos numa coligação entre o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Libertador, duas siglas governistas e fortemente enraizadas no Rio Grande

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

do Sul, de onde veio Arlindo Lamb. A outra candidatura se expressou pela União Democrática Nacional. Aliás, a posição de Lamb parece sempre ter sido conservadora, principalmente porque foi vinculado ao Integralismo, filiado ao Partido de Representação Popular (PRP) no Rio Grande do Sul.¹⁰ Lá foi prefeito municipal pelo PRP. Na tentativa de um segundo mandato perdeu o pleito por oito votos e, em seguida, vendeu suas terras e foi para o Oeste paranaense. Na ausência do PRP em Marechal Cândido Rondon, sua entrada no PTB deu-se por convite de Willy Barth, principal diretor da Maripá Colonizadora Rio Paraná. Arlindo Lamb também serviu ao exército sem, contudo, seguir carreira.

Terminado o mandato de Lamb em 1965, Werner Wanderer tornou-se prefeito pela coligação PTB/UDN. Ele viera de Santa Catarina e, originalmente, foi fiscal geral de tributos do município de Marechal Cândido Rondon. Sua trajetória política mostrou-se longa. Depois de prefeito elegeu-se deputado estadual durante os mandatos de 1975 a 1991, e deputado federal de 1991 a 2003, sempre pela ARENA, PDS e PFL. Os diversos registros sobre a vida pública o definem como empresário. Dealmo Poersch assumiu a prefeitura em 1970, por indicação do governo do Paraná, apoiada na lei que decretaria as áreas de Segurança Nacional. Na sequência vieram os prefeitos indicados.

Realizada essa descrição há características comuns entre eles. Todos pertenceram a partidos alinhados ao bloco político dominante. Até mesmo a vinculação de Arlindo Lamb ao PTB pode ser interpretada como uma posição conservadora e perfilada ao principal partido na época. Mais curiosa ainda pareceu a nomeação de Werner Wanderer pela coligação PTB/UDN, dois partidos de matizes políticas contrastantes. Por meio do Ato Institucional nº 2 e do Ato Complementar nº4, ambos de 1965, o regime militar extinguiu os partidos políticos existentes e impôs o bipartidarismo.

¹⁰ KOLING, Paulo J. Sociedade e Política em Marechal Cândido Rondon. In *Revista Tempos Históricos*. Volume 10 – 1º Semestre de 2007. P.351-367. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon.

Criou a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), desdobrada em Arena 1 e 2, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Por óbvio todos os prefeitos nomeados pertenceram à ARENA.

A segunda característica também interessante diz respeito à profissão/ocupação de todos eles. Exceto Arlindo Lamb nenhum deles era colono. A vocação de cada um os mantinha na cidade, estruturando empreendimentos e negócios de apoio à produção rural, embora isso não significasse que não tivessem propriedades no interior. Numa linguagem esquemática, pode-se dizer que constituíam uma fração da classe cujas ligações com os colonos não eram exclusivamente econômicas. As relações eram pessoais, sintonizadas com os interesses da classe e fundadas num tipo de saber técnico inacessível para a maioria dos colonos. Apesar de serem maioria no município e de deterem o poder econômico, os colonos transferiram a direção política do município para uma burocracia teoricamente melhor instruída.

O tipo de racionalidade estruturante dessa relação estabeleceu a composição do poder institucional. Enquanto quadros técnicos com maior escolaridade e formação profissional foram incumbidos de representar os interesses do conjunto dos colonos e de suas famílias, esses últimos constituíram a base social da política institucional nas décadas de 1960 e 1970. Em termos weberianos funcionou um tipo de dominação burocrática (exercida por quadros técnicos com alguma especialização para aquele lugar) e tradicional (porque inteiramente alinhada com as demandas dos proprietários de terras).¹¹ Não se tratou de um arranjo precário. Mesmo quando havia divergências em relação ao preenchimento do cargo executivo, a aliança instalada no poder preservava a pauta econômica construída ao longo dos anos 60. Se houve fissuras na parte cima da sociedade – e elas aconteceram – não desorganizaram esse equilíbrio.

¹¹ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1992.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

Nesse contexto, a constituição da fronteira do Oeste do Paraná em área de Segurança Nacional teve vantagens financeiras visíveis. Desde 68, Marechal Cândido Rondon e os demais municípios fronteiriços entre Guaíra e Foz do Iguaçu receberam recursos para investimentos em infraestrutura. O primeiro repasse feito para Marechal dirigiu-se para a pavimentação das duas principais avenidas da cidade: a Avenida Rio Grande do Sul e a Avenida Maripá.

Mais importante do que isso foi o fato que associou o exército à população da cidade. Em 1971 o Departamento de Fronteiras liberou recursos para o 3º Exército que, por sua vez, os repassou à 5ª Companhia de Fronteiras de Guaíra.¹² Objetivava-se reformar e construir escolas públicas. Mas, além do dinheiro, soldados do exército participaram como força de trabalho na recuperação e na edificação de prédios escolares. Esse empenho foi bem visto por muitos moradores da cidade.

Também é de Guaíra um relato representativo da visão militar sobre a interação entre o exército e a população. O terceiro sargento lotado da 5ª Companhia de Fronteiras, em entrevista realizada no ano de 2013, recordou sua participação no exército durante os anos 70 e 80 assim:

nós saía pras cidade, nesses sítios, nas fazenda, concertar a estrada, concertar ponte, reformar escolas, fazer pinturas, reformava as escolas, tinha dentista que trabalhava fazia trabalho na criançada na população toda né, fazia extração de dente, esse era uma trabalho a saúde, sempre trabalha nessa parte... tinha médico na cidade só que os médicos não vencia, e outros também não tinha condições de pagar, e o exército fazia esse trabalho na rua, (...) eles fazia esse trabalho era tudo de graça, ninguém pagava nada, fazia extração de dente, consulta, os dentistas trabalhavam, os médicos faziam consultas, várias consultas, fazia até cirurgia

¹² ZAGO, L.G. *Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon*. 105f. Dissertação apresentada ao PPG em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo. 2007.

e ninguém pagava nada, era tudo de graça, tudo por conta da União, e hoje não existe mais isso.¹³

A narrativa do terceiro sargento é saudosista e encontra sua melhor expressão nas palavras finais. “E hoje não existe mais” é um aceno positivo para o passado. Sem poder falar abertamente sobre a ditadura, o terceiro tenente utiliza como recurso a desqualificação do tempo presente comparando-o aos anos 70, quando o exército prestava atendimento médico e odontológico gratuitamente para a população, “tudo por conta da União”. Embora ele não mencione diretamente os governos civis pós-85, sua intenção é estabelecer um julgamento a partir da experiência vivida em Guaíra. O terceiro sargento quer que acreditemos que aquele mundo era perfeito. É um ponto de referência interessante para se entender e pesar o investimento que a ditadura fez para convencer as pessoas comuns sobre suas qualidades, mas hoje sabemos que essa imagem é incompleta.

Essa meia realidade mostrada pelo terceiro tenente omitiu as expropriações de terras, a perseguição aos indígenas, a repressão ao contrabando e o comércio ilegal na fronteira que empregava dezenas de trabalhadores, a política econômica que deteriorou os salários. E o mais importante: a propaganda feita pelo regime sobre si mesmo só teria efeito se existissem experiências sociais que a confirmassem. Do contrário, seria uma ideologia sem qualquer materialidade e expressão.

De qualquer modo há outros relatos de moradores de Guaíra que confirmam os fatos narrados pelo terceiro sargento. O trabalho de sua memória não foi produto de um delírio, embora existisse ali algum exagero. Na cidade, as aparições públicas do exército não visavam a assustar ou a coagir a população. Se assim fosse, Guaíra viveria um estado de sítio. As intervenções se faziam para induzir um juízo favorável ao exército e à

¹³ SILVA, M.D.S. *A Doutrina de Segurança Nacional no Extremo Oeste do Paraná: Repressão, coerção e formas de convencimento na cidade de Guaíra durante a Ditadura Militar (1964-1985)*. In *XVI Encontro Regional de História*. 1964-2014: 50 anos do Golpe Militar no Brasil. Universidade Estadual do Paraná/Campo Mourão. Out. 2014.

ditadura. E parece que conseguiram isso parcialmente, durante um tempo razoável, pelo menos até a economia ruir sob o comando do regime militar. Mas a 5ª Companhia de Fronteiras não agia guiada por uma cortesia ingênua, quase amoral. O cálculo para ações tidas como virtuosas fora feito ainda na segunda metade dos anos 60, de modo a criar laços mais estreitos e permanentes entre as pessoas comuns e a ditadura, buscando alguma base social para si.

Completa esse quadro a projeção ideológica, nacional e regional da hidrelétrica de Itaipu nos anos 70. No comando direto dessa obra, a ditadura defendeu e disseminou a ideia sobre os benefícios econômicos e sociais de uma hidrelétrica desse porte na região Oeste. Em grande medida, a intenção dos militares foi frustrada pela contradição gerada devido ao alagamento de uma parte considerável de municípios que dividiam a fronteira com o Paraguai. A formação de um reservatório d'água gigante necessitava alagar terras e remover as pessoas dali. As desapropriações nunca foram exatamente um segredo. Para a ditadura, o cálculo feito chegou a 8 mil famílias (40 mil pessoas) que seriam desalojadas. O plano para aquelas famílias era o de transferi-las para outras regiões onde pudessem comprar terras com o dinheiro da indenização. Ao menos no discurso, a ditadura divulgou que todos seriam indenizados e que não haveria problema social de massa.¹⁴ Na prática, os atingidos se queixaram fortemente da indenização, julgada insuficiente. A organização do Movimento dos Atingidos por Barragem na região resultou desse sentimento de injustiça. Porém, muitos que não foram afetados diretamente pela barragem compartilharam, em alguma medida, o entusiasmo da ditadura com a Itaipu.

O documento que converteu uma inundação diluvial em oportunidade econômica e social para a população alcançada pelas águas, e para os habitantes dos municípios localizados na fronteira, integra um relatório

¹⁴ CONANT, Melvi. & GOLD, Fern. *A Geopolítica Energética*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

norte-americano preparado em 1976 sobre o pensamento do governo estadunidense com relação aos problemas de energia. Nele, o Brasil ganhou um capítulo inteiro. Traduzido para a língua portuguesa, tal documento saiu publicado pela Biblioteca do Exército em 1981.

Mas havia outras manifestações de afeto político à ditadura. Retomando o caso de Marechal Cândido Rondon a relação entre o regime militar e o grupo que dirigia a prefeitura era estreita. Mesmo pequena, em 1969 a cidade recebeu o Coronel Otávio Tosta, Secretário Executivo do Serviço Nacional de Informações. Diga-se de passagem, a rádio Difusora noticiou que a recepção fora uma solenidade de gala, bastante comemorada. Não se tratava somente de uma visita de consideração e de gentileza. Sua presença ali conferia prestígio ao município e também funcionava como uma tentativa de cooptar mais pessoas e força social para a ditadura. O mesmo aconteceu com outras cidades da fronteira e da região Oeste. E junto com sua bagagem, o Coronel desembarcou compromissos com investimentos nos municípios. Sabedor do perfil demográfico de Rondon ele estendeu sua visita a várias propriedades agrícolas, reconhecendo e atribuindo sentido à materialidade do progresso e, novamente, conforme os termos da rádio Difusora, assegurando “a colaboração do governo federal”.¹⁵ Assim, a ditadura militar era ao mesmo tempo vista e encoberta semanticamente.

O mesmo argumento pode explicar a atuação pública da 5ª Companhia de Fronteiras. Com a presença do exército edificando grupos escolares tentou-se criar e alimentar uma visão positiva da ditadura. A visita do Coronel Otávio reforçava essa visão e lubrificava a relação entre habitantes do município e o regime militar. Depois disso, as visitas de outros representantes da ditadura foram frequentes e se apresentaram como um afago para recompensar o alinhamento político. O cume dessa prática

¹⁵ ZAGO, L.G. *Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon*. 105f. Dissertação apresentada ao PPG em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo. 2007.

certamente foi a visita de Ernesto Geisel em 1976, período de franco crescimento do MDB no país, fato que exigiu da ditadura ações para manter ou para recuperar seu prestígio. Além do crescimento da resistência dita democrática no Brasil, o regime militar precisava lidar com o encolhimento da economia, com o crescimento acelerado da dívida pública e com os impactos desastrosos nos salários e nos empregos dos trabalhadores. No caso de Marechal Cândido Rondon, onde a ARENA recebeu uma votação robusta, provavelmente Ernesto Geisel demonstrou seu agradecimento ao apoio declarado à ditadura.

Paro aqui para mudar o foco. Espero ter documentado suficientemente os argumentos que desenvolvi. Resta o último ponto. Como a ditadura tentou aliciar, vigiar ou agredir os trabalhadores no Oeste do Paraná?

IV

A primeira consequência causada pela ditadura sobre a classe trabalhadora no Oeste do Paraná foi a sua expulsão do campo. A diminuição de postos de trabalho provocada pela mudança nos padrões tecnológicos e nas relações de produção fez o percentual dos moradores na área rural emagrecer sensivelmente. Em 1970, as áreas urbanas não excediam a 20%. Basicamente seus habitantes consistiam do corpo burocrático (funcionários públicos, bancários, contadores, professores padres, pastores etc.) e dos serviços e indústrias de apoio às atividades do campo (agropecuárias, armazéns, metalúrgicas etc.). As cidades estavam sob o domínio do campo à medida que funcionavam como fornecedoras de força de trabalho e de meios de produção auxiliares às atividades rurais. De outro lado, nas áreas rurais, também em 1970, onde residiam 80% dos habitantes do Oeste, havia muitos trabalhadores (assalariados, informais, temporários etc.) dentre essa população. Esses trabalhadores, em diferentes modalidades de ocupação,

constituíam uma força de trabalho essencial no desmatamento, no preparo do plantio, na capina das lavouras, na colheita, na limpeza dos grãos etc. Trabalhavam também na manutenção das varas de porcos e do gado. Portanto, a tendência foi a redução mediante a substituição dos rudimentares meios de produção por máquinas e por insumos, muitos deles importados.

Em 1980, esses percentuais demográficos se equilibraram. Dez anos depois essa proporção se equilibrou. A banda rural atingiu 476 mil habitantes, cerca de 8 mil a menos do que a população urbana contada em 484 mil habitantes. Relativamente ao campo, seu contingente caiu de 602 mil em 1970 para 576 mil em 1980. Não houve retorno à condição anterior. Em 1990, a cidade inverteu definitivamente sua relação demográfica com o campo. As áreas urbanas totalizaram 72% de aproximadamente 1 milhão de habitantes. Em sentido inverso, o campo, que representou 80% da população do Oeste em 1970, despencou para menos de 30%. Essa reviravolta demográfica evidenciou uma troca de sinais entre os números referentes a presença humana no campo e nas cidades. Mas isso não significou uma transposição direta para as cidades de quem morava e trabalhava no campo. O que se pode afirmar é uma perda líquida de habitantes do campo. Em pouco tempo saiu mais gente do que chegou. Nesse período, o que aconteceu com os trabalhadores representados nesses números?

Entre 1970 e 1980 o trabalho assalariado no campo e sua sazonalidade aumentaram. O trabalho familiar diminuiu em 55 mil pessoas relativamente ao seu número global. Ao mesmo tempo, o número de assalariados permanentes nas áreas rurais cresceu em 7,7 mil trabalhadores, e o número de temporários cresceu em 24,5 mil. De modo geral, a perda da população rural foi de 127 mil pessoas.¹⁶

¹⁶ IPARDES. Consequências Sociais das Transformações Tecnológicas na Agricultura do Paraná. Texto Síntese. Curitiba, 1985.

Aqui não há jeito. Não é possível quantificar interpretações, convicções e sentimentos. Mas é possível identificar, tipificar e caracterizar as razões que fizeram muitos trabalhadores saírem do campo. Talvez o grupo mais visível tenha sido, durante o período da ditadura, o de trabalhadores ocupados na lavoura. Foi esse mesmo grupo que, ao longo dos anos 60, soube da reocupação recente do Oeste e migrou para lá à procura de trabalho. Foram dispensados à medida que as propriedades tornaram-se equipadas de máquinas agrícolas e cancelavam atividades manuais. Grande parte desses trabalhadores, como indicam as estatísticas, ganhou as estradas em busca de trabalho noutras áreas rurais ou de alguma ocupação nas cidades. Geralmente encontravam espaço em ocupações precárias, incertas e temporárias, o que, não raras vezes, era percebido como pior face ao que representava a antiga ocupação. Os argumentos mais recorrentes de trabalhadores com esse perfil remetem ao vínculo com o lugar, mesmo não sendo sua propriedade, e com as sociabilidades as quais tinham acesso. Muitos sentiam que sair dali equivalia a um desterro. A mudança das relações de trabalho no campo os fazia viver outras experiências de desterro. Mas não há como aferir esse sentimento, pesá-lo o sofrimento, a dor, o ressentimento, embora seja possível atribuir o custo humano implicado nesses sentimentos ao processo de acumulação de capital na região.

Existiam também filhos de colonos que se viam na iminência de se deslocarem para as cidades a procura de emprego porque simplesmente estavam sobrando. Geralmente eram filhos de colonos cuja permanência na propriedade dos pais tornava-se inviável devido aos muitos irmãos e ao reduzido tamanho do minifúndio. Nesse caso a proletarização era o destino mais provável. Era também uma experiência quase traumática.

Rapazes e moças procuraram as cidades sem outro aprendizado diferente da lida com a roça e com os animais. Tudo isso fora ensinado pelos pais. Estabelecidos na cidade e com emprego, o novo tipo de autoridade na

cidade os assustava. Era racionalizada e impessoal, e os deixava às cegas naquele mundo. O minifúndio tinha características domésticas. Toda a família se envolvia no trabalho para que o minifúndio funcionasse. A autoridade dos pais não era apreciada sem alguma forma de contestação, mesmo que silenciosa. Mas estavam entrosados com aquela sociabilidade. Outro tipo de comando os deixava inseguros e desconfortáveis. E conforme tentei esclarecer, esse processo mal denominado de migração desdobrou-se num passo tão acelerado que em vinte anos retirou tanta gente do campo que os núcleos urbanos tornaram-se três ou quatro vezes mais populosos do que as áreas rurais.

Penso que essa experiência social amplia o campo social e político em que enxergamos a ditadura militar. Pode-se falar em grupos sociais e em pessoas que foram procuradas, perseguidas, agredidas e assassinadas em diversas situações. Os indígenas que ocupavam a calha do rio Paraná estão nessa relação de desafetos da ditadura e de setores da classe dominante na região. A esse respeito, a Comissão Nacional da Verdade, em 2014, produziu entrevistas com índios a fim de apurar possíveis violações dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas ocorridas no período de 1946 a 1988. Os relatos gravados se referem a antes do golpe de 64, mas principalmente ao que veio depois. Os índios narraram que testemunharam assassinatos, sofreram com surras, com trabalho forçado, com esbulho territorial e, em regra, terminaram fugindo por meio do rio Paraná. As escapadas eram trágicas. Quem não tinha canoa cruzava o rio a nado.

Muitos entrevistados asseguraram que, antes do golpe, o exército realizava tarefas para a classe dominante ou para grupos de colonos recém-chegados na região. Um dos entrevistados contou que

o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) pegou esses pedaço aqui, entrou, e chegava colono dizendo que tinha comprado a terra e que o índio tinha que

sair, senão ia morrer. Vinha com polícia, com arma, dava três dias pra gente sair.¹⁷

Por óbvio que essa limpeza obedecia a interesses de donos de terra locais ou de gente que chegava ali com algum capital para organizar uma produção de tipo capitalista, contando com a ajuda da ditadura e do aparato policial local. Quando os índios não eram expulsos ou assassinados, eles permaneciam no lugar numa condição de trabalhador muito precarizado e bastante subalternizados. O pagamento era incerto. Um dos entrevistados disse que “às vezes éramos pagos pelo trabalho, às vezes não. Se não quisesse trabalhar, apanhava”.

As duas situações levantadas anteriormente têm a vantagem de serem abrangentes e de mostrarem efeitos cruéis que a ditadura provocou nas vidas de milhares de trabalhadores no Oeste paranaense. E, de fato, isso é algo que precisa ser investigado com profundidade uma vez que o exército, coligado com os interesses econômicos da classe dominante, interferiu impiedosamente na sorte dos trabalhadores à medida que reconfigurou a economia e os tornou ociosos e defasados. Mas, por outro lado, cabe descer o olhar até os detalhes desse processo e deixá-lo menos impessoal a fim de retornar à hipótese inicial. Afinal, ela nos levou ao processo impune de loteamento do Oeste do Estado, de expropriação da população nativa, do crescimento econômico discricionário e da relação entre a classe dominante e a ditadura.

Uma importante observação sobre isso diz respeito à presença do exército nas fronteiras com o Paraguai e Argentina antes de 1964. A situação mais exemplar é a de Foz do Iguaçu que surgiu como Colônia Militar no final do século XIX. Ali o exército teve como função assegurar a fronteira. Mas não é necessário recuar tanto no tempo. No final dos anos 40 e 50, o 34º Batalhão do Exército era o principal consumidor da produção de gêneros

¹⁷ Rede Brasil Atual, 2004.

alimentícios no município de Foz do Iguaçu. Ao mesmo tempo começou a fiscalizar o comércio entre Brasil e Argentina e a interpretar a movimentação de mercadorias para o lado brasileiro como ilegal. Os trabalhadores iam à Argentina comprar alimentos praticamente inexistentes no Brasil e cujos preços, mais baratos que os brasileiros, animavam muitos a cruzarem a fronteira. A população local buscava produtos industrializados que não conseguia fabricar na cidade nem trazer de Curitiba. Por meio da fronteira transportavam farinha de trigo, doces enlatados, conservas e bebidas como licor e vinho. A reação de quem era pego foi construída à medida que o policiamento do exército desmontava os pontos de passagem conhecidos. Quando isso acontecia os trabalhadores encontravam outros caminhos para carregar a mercadoria, inclusive atravessando o rio.¹⁸

Como esse comércio ganhou maiores proporções, o exército passou a agir sistematicamente contra as pessoas envolvidas. Evidente que tal comportamento também fora estimulado por nova legislação que redefiniu o trânsito de mercadorias de uma fronteira para outra. Nesse contexto, o objeto mais visado foi o café, transportado para o Paraguai. Nesse caso os pontos de acesso formavam uma linha difícil de ser monitorada, que iam de Foz do Iguaçu para Guaíra. Somente nesse último município tal atividade empregava dezenas de trabalhadores.

Em 2013, uma moradora de Guaíra desde os anos 50, respondeu à pergunta sobre o contrabando e mencionou voluntariamente a participação do exército. Ela disse que o contrabando de café era controlado por uma pessoa, Antonio Cigano, que foi assassinado depois de ser torturado. Disse, ainda, que acreditava ser “o quartel” quem torturou Antonio Cigano, “mas que ninguém podia dizer nada, falar nada.” O ano da morte foi 1956. Ela afirmou essa data com exatidão porque lembrou-se que sua filha nasceu em

¹⁸ SOUZA, A.D. *Formação Econômica e Social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)*. 216 f. Tese de Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo. 2009.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

1955. “Minha filha é de 1955. Foi depois dela nascer. Aqui era preciso sobreviver. Cada um se virada como podia”.¹⁹

A entrevistada tinha 84 anos de idade e assinalou um fato acontecido oito anos antes do golpe de 64, quando contava com 27 anos de idade. Sua percepção do passado sublinhou o poder de polícia do exército na fronteira e como o contrabando do café era fiscalizado e combatido por meio de tortura e do extermínio dos prisioneiros. Não são características desconhecidas quando a referência é a atuação das forças armadas depois de 1964. A presença do exército na fronteira, desde os anos 50, reprimindo o contrabando, especialmente o café, deve nos fazer vê-la como uma instituição que controlava e que comandava dimensões importantes da vida naquele lugar: “ninguém podia dizer nada, falar nada”.

Nesse caso é preciso saber por que a entrevistada escolheu essa cena para preparar uma resposta à pergunta sobre o contrabando. Ela tornou-se testemunha de uma situação pouca ou nada conhecida e discutida no presente, desenrolada num período prematuro de sua vida em Guaíra. Ela simplesmente a preservou durante seis décadas até decidir torná-la pública e compartilhá-la com uma pesquisadora. É provável que ela tenha mencionado esse fato noutras ocasiões com outras pessoas.

Mas isso não tira a importância da referência feita “ao quartel” durante uma entrevista que ninguém lhe perguntou sobre isso. Seu marido estava ao seu lado participando da entrevista. Manteve-se em silêncio quando a esposa abordou esse assunto. Ele não desdobrou o ponto de vista da esposa, mas também não a desmentiu. Apenas retornou ao relato detalhado sobre as mercadorias, os trajetos feitos etc. Ainda assim, o que ela disse é a recordação de um acontecimento de 1956, datado com exatidão pela memória afetiva e talvez por sentir-se ressentida devido à morte de um empregador. Afinal, se o exército via o contrabando como um crime, muitas pessoas em Guaíra tinham ali o seu trabalho.

¹⁹ FIOROTTI, C. *História de Trabalhadores e do Trabalho na Fronteira Brasil-Paraguai (1960-2015)*. Tese de Doutorado em História. 285 f. Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

Porém, qual seria o peso da memória sobre esse fragmento da história? A imaginação da entrevistada pode ter interferido nesse registro tão antigo. Ela mesma admitiu que “acho que foi o quartel”. É uma expressão de dúvida, mas é uma dúvida que se conjuga com um eufemismo. Talvez uma afirmação categórica lhe trouxesse problemas, ou assim ela temia. Existiam razões para alimentar esse medo no final dos anos 60. Mas, e agora? É um testemunho que valida a tortura praticada pelo exército.

Uma prova em favor da entrevistada vem de um Auto Criminal de 1963, lavrado na Comarca de Toledo. Lá tratou-se da prisão de alguns homens por soldados do exército sob a alegação de contrabando de café. Nos autos dois dos homens presos contaram a mesma história sobre terem sido submetidos a torturas antes de chegarem à delegacia de polícia. Foram amarrados, forçados a cantar o hino nacional e a subir e a descer da carroceria de um caminhão. Em seguida, apanharam nas orelhas. Aquela surra estendeu-se de tal modo que os torturados não mencionaram por quanto tempo apanharam. Quando tudo pareceu terminar, eles foram colocados no caminhão. Rodaram uns oito quilômetros e pararam. Dormiram em lugar desconhecido sob muito frio. No dia seguinte foram forçados a carregar sacas de café e as descarregarem em Guaíra, de onde seguiram escoltados à delegacia de polícia. Lá as agressões cessaram. Nos autos não há descrição sobre o estado daqueles homens.

Esse fato aconteceu um ano antes do golpe. Embora o exército e todo o aparato informal de policiamento e de repressão tenha sido aperfeiçoado depois de 64, muitas técnicas de interrogação já faziam parte de seu repertório. Além disso, esse tipo de tortura não constituía uma exceção. Há outros processos criminais em que a ação do exército é caracterizada pela violência. Tudo isso formou um padrão que se generalizou após 1964 e mudou seu foco. O mecanismo por meio do qual esse tipo de violência operava dependia de certo acolhimento ou tolerância popular, o que foi conseguido, em grande medida, pela criminalização de quem se opunha ao

regime. Apelar para o combate ao terrorismo e às forças sociais dissidentes, como os sindicatos que se mantiveram ativos em torno de uma agenda de direitos ligados ao trabalho, mostrou-se uma fórmula simples, que invertia valores e construía explicações escoradas naquilo que havia de mais obscuro, de mais desorganizado na sociedade. Não à toa a violência monopolizada pelo Estado e utilizada em nome de uma ordem social causou confusão na esfera dos valores da classe trabalhadora, carregando rancores e todo tipo de ressentimentos para a legalidade postulada pela ditadura.

Essa forma curiosa de sedução foi também uma forma de cinismo da violência utilizada pelo regime militar. E, uma vez ativado pela ditadura, esse cinismo alcançou aqueles que se deixaram convencer voluntariamente. É nessa vaga que se pode compreender a entrevista de um oficial do exército realizada em 2014.

Por eu ter conhecimento dessas estradas, eu era capa de manchete, e todo mundo sabia que tinha esse homem terrível, mas eu não era nada! [...] Eu estava em muitos casos de apreensão, porque era correto. Nós fomos a Toledo, isso foi seguindo a estrada que conhecíamos e onde imaginamos ter a denúncia. Achamos uma casa com café. O dono da casa nos tratou bem, deu alimentação e tudo. O que caiu na ratoeira foi o Heleno de Freitas que não morava ali. Tinha um depósito em baixo dessa casa, o dono da casa, disse que sabia que iríamos vasculhar a casa, ele já falou que em baixo da casa dele tinha tantas sacas de café. A esposa havia ganhado neném, aí nós com todo cuidado pra não maltratar a dona, nós nos escondemos lá, ele nos deu almoço, quando foi umas duas horas, ele chegou a falou o dono da mercadoria chegou aí. Naquela época eu era jovem e tinha muita agilidade, eu corri atrás, porque o Heleno, no que eu gritei ele parou e olhou pra correr, eu gritei, num esconde e num corre. Eu falei volta, e ele voltou. Como era de ladeira abaixo, ele voltou, no que ele voltou embalado, ele quis me

tomar a arma, eu passei a arma pro outro lado, ele bateu no meu braço e caiu. No que ele caiu, ele bateu a cara em uma bananeira. Aí outro tenente, Marcelo Oliveira, pegou ele e o tenente limpou ele. Ele assumiu que a mercadoria era dele, levamos ele pra Toledo, ficou preso. Passou uns tempos, eu já na reserva, [...] Eu cheguei no posto pra abastecer o carro e entrei no bar do posto, ele tava no balcão, ele olhou pra mim e saiu correndo, o dono do bar estranhou, eu fiquei quieto. Eu entrei no carro e dei risada, meu Deus o cara me reconheceu, mas também se ele machucou foi porque bateu a cara na bananeira.²⁰

Pelos menos três pontos merecem destaque nesse intrigante trecho da entrevista. O primeiro diz respeito à autoimagem projetada pelo tenente. A ambivalência traçada por ele indica uma personalidade cordata com a lei e, portanto, alinhada com o que era considerado “correto”. Ao mesmo tempo, ele acentua a natureza violenta que os outros atribuíam a ele. Essas duas características, embora formalmente contrárias entre si, se complementam quando o tenente reconhece e confere relevância às diversas vezes em que foi “capa de manchete” e que ficou conhecido como “homem terrível”.

O aspecto mais expressivo dessa curiosa narrativa está em sua proposital confusão e em como ela afirmava subliminarmente que pessoas comuns concordaram com a ditadura. Ao mesmo tempo, o tenente confessa que lhe fora atribuído o estigma de “homem terrível” e, imediatamente, com certa galhardia, corrige essa quase acusação afirmando “mas eu não era nada!”. Para o tenente, aquela resposta elaborada com uma falsa displicência representava um adeus aos tempos de glória e de notabilidade. Diga-se de passagem, tempos de glória da ditadura.

²⁰ FIOROTTI, C. *História de Trabalhadores e do Trabalho na Fronteira Brasil-Paraguai (1960-2015)*. Tese de Doutorado em História. 285 f. Universidade Federal de Uberlândia, 2015. p.154.

É possível decifrar parte da história do Oeste do Paraná conduzidos por esse oficial do exército. Mas não se trata de transformar a evidência em caso pessoal, senão retirar a narrativa do tenente de dentro de uma imensa área de sombra que ainda hoje funciona como proteção à ditadura e àqueles que livremente consentiram a ditadura e viram na repressão uma política de organização e de contenção social. Ter alguém interessado em ouvi-lo talvez fosse percebido por ele como uma oportunidade para sair do ostracismo e reviver tempos de fama, quando ele figurava em manchetes de jornais e de rádios. Como não aproveitar-se daquela chance?

O segundo ponto que requer atenção se desdobra do primeiro. O encontro com prováveis contrabandistas de café também foi narrado dentro de uma estrutura discursiva ambivalente. Na primeira parte sua abordagem é suave, e ressalta um tipo de civilidade que marcou sua relação com a família que morava na casa onde estavam armazenadas sacas de café. Ele sublinha o cuidado com que trataram a esposa do dono da casa esclarecendo que ela carregava um bebê de colo. Foram zelosos para não maltratar a mãe do bebê. O tenente também cita a colaboração que tiveram da família. O dono da casa os hospedou, os alimentou e os informou sobre a chegada do contrabandista.

Mas esse mundo construído pelo tenente é fraudulento. O dono da casa não era seu anfitrião. É improvável que ele tenha voluntariamente se convertido aos pedidos do tenente. A cortesia sublinhada pelo tenente teria supostamente sido retribuída com a colaboração daquela família. A bem da verdade, o anfitrião e a sua esposa estavam reféns dos militares. E, sob aquela pressão, agiram como delatores. Foi a essa altura do relato que tudo se tornou mais sombrio.

O terceiro ponto evidencia a tortura sofrida pelo contrabandista, embora mencionada sob um disfarce. Na chegada do suposto contraventor, o tenente, apoiado pelos demais militares, todos atocaiados, grita e o adverte: “num esconde e num corre”. A desobediência à ordem do tenente

parece ter desencadeado uma sequência de atos improváveis que culminou com a sugestão de que sua equipe tentava proteger o contrabandista dele próprio. É uma linguagem cênica que lida com uma memória extravagante, senão vejamos. Por que o contrabandista já rendido e em presença de um grupo de militares tentaria tomar a arma do tenente? Por que ele tombaria ao chão depois de esbarrar contra o braço do tenente, sem ser golpeado? E como foi que aquele mesmo tombo o fez espremer seu rosto contra uma bananeira e se machucar? E por que o outro tenente, que acompanhava o narrador dessa história, ergueu o desastrado contrabandista do chão a fim de limpá-lo?

Há dois elementos que estruturam essa parte da narrativa e que podem ajudar a compreendê-la. Primeiramente, o tenente buscou falar de si como exímio estrategista, como um oficial habilidoso em sua função e rigoroso no combate às ilegalidades. Na história que contou, ele se manteve à frente do suposto contraventor sem recorrer à arma de fogo em seu coldre. Apenas a desviou para outro lado quando, supostamente, o contrabandista tentou se apossar dela. Trata-se de uma metáfora sobre sua coragem, poder físico e invulnerabilidade, e também sobre a inépcia de seus oponentes. Contada a partir do tempo presente, essa versão recompõe ou devolve ao tenente a importância que os anos apagou. Essa narrativa fantasiosa funciona também como um alibi, mantendo as práticas de repressão protegidas sob sombras. Às “aventuras” do tenente, como alguém que “estava em muitos casos de apreensão”, são citadas em explicações detalhadas, guardadas e silenciadas prudentemente. E quando o tenente se sentiu à vontade para recordá-las em público, as deformou numa fantasia para que não parecessem ser o que eram no passado. Com peso relativo, conta ainda um dos adornos com os quais ele decorou sua história. Embora não tenha se lembrado do nome de seu anfitrião, o tenente conseguiu recordar-se que o contrabandista preso se chamava Heleno de Freitas, nome e sobrenome iguais ao do craque de futebol morto em 59.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

O desfecho da história contada pelo tenente, além de fantasioso, assume o formato de ironia, e é esse recurso que permite a ele dar sua versão sobre o encontro com o contrabandista que tentou lhe tomar a arma. Já na condição de aposentado, o tenente o reencontrou no bar de um posto de combustível. Essa casualidade foi bastante para que o desastrado contrabandista se pusesse novamente a correr, só que agora para longe do tenente. Não havia mais queixa contra ele e há tempos a ditadura tivera um fim. Naquele impasse, o tenente desembarçou a história com sarcasmo: “dei risada. Meu Deus! O cara me reconheceu, mas também ele se machucou foi porque bateu a cara na bananeira”.

V

Quando pensei em escrever esse artigo não imaginei fazê-lo tão longo. Afora essa imperfeição acredito ter desenvolvido satisfatoriamente a hipótese e os argumentos propostos. Por isso é desnecessário resumi-los aqui. Além disso, tenho noção de que depois de compor uma narrativa com a documentação que encontrei disponível em segunda mão não conseguiria ir mais distante e a fundo nessa história.

Investigar o passado nos deixa uma sensação de realidade cuja imaginação histórica protela o encerramento de um estudo, o ponto final da exposição de uma pesquisa, confiando que se pode ultrapassar o limite traçado. Menos mal que esse texto possa ser interrompido sem sofrer essa angústia, apenas com a sugestão de hipóteses, de perguntas e de manejo das fontes.

Recebido em 20.02.2016
Aprovado em 11.04.2016